Residência e o critério de desempate

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Uma pessoa é residente de um Estado contratante se ali estiver sujeita a imposto em razão de domicílio, residência, sede de direção ou qualquer critério semelhante. A definição de residente de Singapura para pessoas físicas é o teste dos 183 dias e da residência habitual do Capítulo VI desta Parte. A da Suíça é o domicílio ou uma permanência de trinta dias com atividade remunerada ou de noventa dias sem ela.[1] Quando uma pessoa física é residente em ambos, o artigo 4 aplica a sequência conhecida: habitação permanente, centro de interesses vitais, permanência habitual, nacionalidade e, na falta de todos, acordo mútuo.[2] Para uma sociedade, o critério de desempate é a sede de direção efetiva.

O critério de desempate decide os casos do fundador que mantém um apartamento em Zug e outro em Singapura e passa o ano entre os dois. Se ambos forem habitações permanentes, decide o centro de interesses vitais. As autoridades suíças e singapurianas mostraram na prática que dão mais peso à família, à gestão dos negócios e aos vínculos sociais do que à mera contagem de dias. O fundador cuja família vive em Zug e cuja empresa é dirigida a partir de Singapura tem um centro dividido, caso em que decide a permanência habitual (a contagem de dias). O fundador que divide o ano em partes iguais chega à nacionalidade. O desempate do

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

tratado não afasta a residência interna do cliente no Estado perdedor para todos os fins. Determina apenas qual Estado pode tributar na qualidade de Estado de residência nos termos do tratado. O Estado perdedor conserva a tributação na fonte e, no caso da Suíça, o imposto sobre a fortuna, se a pessoa continuar residente na Suíça segundo o direito interno, porque o tratado não abrange o imposto sobre a fortuna.

Exemplo

Um fundador vende sua empresa de Singapura em 2025, mantém o apartamento em Singapura e o ONE Pass, compra uma casa em Zug em 2026, onde moram a esposa e os filhos, e passa 170 dias na Suíça, 150 em Singapura e o restante viajando. A Suíça o considera domiciliado a partir da data da mudança da família. Singapura o considera residente porque residiu ali durante parte do ano e com base na concessão de três anos. Ambas são habitações permanentes. O centro de interesses vitais é Zug, porque a família está lá e a empresa foi vendida. O tratado o torna residente na Suíça em 2026. A Suíça tributa sua renda mundial a partir da data de chegada e, fora do tratado, seu patrimônio mundial, incluindo tokens. Singapura só pode tributar a renda de fonte singapuriana, que para um investidor é nula. Ele deve requerer a tributação por valor fixo (lump sum) em Zug antes de assumir a residência, porque, uma vez chegado como residente comum, a tributação por valor fixo continua disponível, mas o lançamento do primeiro ano já terá sido feito.

A sede de direção efetiva das sociedades é a questão que decide a maioria das questões de estruturação entre os dois centros. Uma sociedade de Singapura cujo único administrador (director) vive em Zug e decide tudo dali é, nos termos do artigo 4, residente na Suíça para fins do tratado, e a Suíça tributará seu lucro mundial com base no art. 50 da Lei do Imposto Federal Direto (DBG/DFTA) como sociedade com direção efetiva na Suíça. O remédio é o mesmo da seção 10L (Capítulo II desta Parte): administradores residentes com poderes, reuniões do conselho em Singapura e atas que mostrem que as decisões foram tomadas ali.[3] As autoridades suíças aplicam o mesmo teste em sentido inverso a uma AG de Zug dirigida a partir de Singapura e,

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

na minha experiência, as autoridades cantonais suíças são mais rápidas do que a IRAS em afirmar a direção efetiva, porque o sistema de tributação da renda mundial da Suíça lhe dá mais a ganhar.

Notas

1. Direct Federal Tax Act (DFTA; DBG), SR 642.11, art. 3, als. 1–3 (residência fiscal por domicílio ou por permanência de pelo menos 30 dias com atividade remunerada ou 90 dias sem ela); Income Tax Act 1947, seção 2(1) (resident in Singapore). ↩
2. DTA Singapura–Suíça de 2011, art. 4 (residente; desempate para pessoas físicas por habitação permanente, centro de interesses vitais, permanência habitual, nacionalidade e acordo mútuo; para pessoas que não sejam físicas, pela sede de direção efetiva). ↩
3. Direct Federal Tax Act (DFTA; DBG), SR 642.11, art. 50 (residência fiscal de pessoas jurídicas pela sede ou pela direção efetiva na Suíça); Income Tax Act 1947, seção 2(1), definição de “resident in Singapore” para uma sociedade (controle e gestão exercidos em Singapura). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.